

SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Heloiza Henê Marinho da Silva*

BREVE HISTÓRICO

A melhoria da qualidade do ensino sempre esteve associada ao Projeto Político-Pedagógico. Desde a década de 1970, o PADES – Programa de Apoio às Instituições de Ensino Superior, estimulava a elaboração de projetos visando um ensino de melhor qualidade nas universidades. Os projetos eram individuais, de iniciativa de seus proponentes – docentes, discentes ou setores da instituição.

Na década de 1980, o PADES vincula-se à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC). Redefine o conceito de qualidade de ensino passando a relacioná-lo à existência de um Projeto Político-Pedagógico elaborado coletivamente pelos atores institucionais. Na época, havia clareza do objetivo do projeto, porém, com diversidade terminológica: *projeto pedagógi-co*, *projeto político-pedagógico*, *projeto institucional*, *projeto educacional*. Em relação a essa terminologia, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) utiliza a denominação *proposta pedagógica* ou *projeto pedagógico*.

Tanto a legislação educacional em vigor (LDB e regulamentações subseqüentes) quanto o ritmo acelerado das mudanças na realidade presente indicam a necessidade de renovação periódica do reconhecimento dos Cursos de Graduação, acabando definitivamente com a sua característica *ad eternum*. Aliado a isso, surgem novas tecnologias, informações, metodologias (inclusive de ensi-

* Heloiza Henê Marinho da Silva é Professora do Departamento de Biofísica e Farmacologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Coordenadora Geral de Supervisão do Ensino Superior da SESU/MEC.

no) que apontam no sentido de proporcionar qualificações técnicas, científicas ou artísticas readaptáveis às situações e demandas profissionais emergentes. Tais fatos vêm requerer, por sua vez, uma formação mais abrangente e diversificada, a partir de uma dinâmica passível de mudanças processuais. Nesse contexto, observa-se a necessidade da (re)elaboração do projeto de funcionamento dos Cursos (Projeto Político-Pedagógico) como um novo instrumento de gestão acadêmica, articulado com o sistema educacional e com as demandas da sociedade.

Acrescenta-se, ainda, os dois instrumentos que o MEC vem utilizando compulsoriamente para controlar a qualidade do ensino superior: o Exame Nacional de Cursos (Provão) e a Avaliação das Condições de Oferta. Nesta, o MEC verifica, através de uma Comissão de Especialistas de Ensino Superior, três aspectos fundamentais nos Cursos de Graduação: a) a organização didático-pedagógica; b) a infra-estrutura; c) a qualificação do corpo docente. Dessa forma, a Comissão de Especialistas do MEC, ao avaliar o Curso em função da sua organização didático-pedagógica, toma como referência a sua proposta pedagógica. Esta deve contemplar alguns elementos fundamentais: o perfil do profissional desejado; os objetivos do Curso; as competências e habilidades; as áreas de estudo; a estrutura curricular; a sistemática de avaliação; dentre outros.

Os resultados do Provão e da Avaliação das Condições de Oferta são considerados não só no processo de renovação do reconhecimento dos Cursos, como também no processo de credenciamento das instituições.

Nesse contexto, surgem as Diretrizes Curriculares, elaboradas pelas Comissões de Especialistas do MEC, em contraposição aos antigos currículos mínimos caracterizados pela rigidez, fragmentação, desarticulação e desatualização dos conteúdos. As Diretrizes apontam para a seleção de conteúdos significativos e necessários à formação do aluno, ordenando-os em componentes curriculares ou atividades acadêmicas distintas (disciplinas, seminários, estágios, oficinas etc.), no âmbito dos quais

se realiza o processo ensino-aprendizagem. Verifica-se, nesse sentido, um certo grau de liberdade na legislação vigente, na qual a palavra chave é a flexibilização, em oposição à grade curricular com um grande número de disciplinas pré-fixadas e de pré-requisitos.

O aluno de graduação não deve ter acesso apenas à informação teórica. A formação político-humana deve ser contemplada em conjunto com a formação técnico-científica, ou melhor, é necessário a incorporação do conhecimento e da prática técnico-científica no espectro de valores humanísticos. Isto deve ocorrer no sistema educacional, em sua totalidade, de forma articulada, ao mesmo tempo que, no âmbito do fazer acadêmico, seja garantida a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A PROGRAD/UFRN, ao repensar o papel da Graduação, estabelece como ação prioritária a reformulação curricular inserida na (re)elaboração de um Projeto Político-Pedagógico, visando efetivamente a melhoria da qualidade do ensino e a consequente elevação da competência profissional do egresso.

CONCEPÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico pode ser entendido como um instrumento balizador para o fazer pedagógico, concebido coletivamente, orientado para um Curso de Graduação específico. É o documento definidor dos princípios orientadores que expressam o sentido do processo de formação de profissionais de nível superior. (ForGRAD, 1999). Consiste numa proposta de formação profissional caracterizada como um conjunto de ações e estratégias que expressam as diretrizes políticas, pedagógicas e técnicas de um Curso de Graduação.

Em função dos elementos anteriormente descritos, apresentamos, *como sugestões*, alguns esquemas que podem ser tomados como referência pelos Cursos na elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

Devendo ser pautado em fundamentos epistemológicos, éticos e políticos, o Projeto Político-Pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e atividades diversas. Não é algo a ser construído e em seguida arquivado, ou quando muito, enviado para as autoridades competentes de ensino. Ele deve ser construído e evidenciado em todos os momentos e por todos os envolvidos no processo de formação do profissional, implicando, dessa maneira, em avaliação e aperfeiçoamento permanentes.

ELABORAÇÃO

Considerando que o Projeto Político-Pedagógico é o referencial básico para o desenvolvimento do Curso, seus *elementos constitutivos* devem conter claras definições de forma a orientar a estruturação curricular e seus modos de organização. A seguir são apresentados, de forma sucinta, os componentes fundamentais que devem ser considerados na elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

1. Introdução: histórico do Curso, papel da universidade frente a realidade social, diagnóstico da situação atual do Curso etc.
2. Justificativa: onde se insere o Curso e o universo a que se destina; quais as características e necessidades mais emergentes, relação universidade-mercado e universidade-sociedade, aspectos legais que dão suporte ao Curso etc.
3. Perfil do profissional: qual o profissional que se deseja.
4. Objetivos: quais os objetivos que se pretende alcançar, levando em consideração o perfil desejado para o egresso, seu contexto de atuação e as condições de execução do Projeto Político-Pedagógico.

5. Competências e habilidades: quais as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas no processo de formação do aluno.
6. Tópicos de estudo: conteúdos curriculares ou áreas de estudo definidos de forma coerente com o perfil e os objetivos.
7. Componentes curriculares: disciplinas, atividades de formação acadêmica – pesquisa; extensão; participação em congressos e seminários etc., estágios; monografia.
8. Procedimentos metodológicos: metodologia de trabalho adotada.
9. Estrutura curricular: disposição das disciplinas/atividades por período/nível.
10. Sistemática de avaliação: do processo ensino-aprendizagem; do Projeto Político-Pedagógico.
11. Suporte para funcionamento do Curso: recursos humanos; infra-estrutura (física, tecnológica, bibliográfica etc.).

Em função dos elementos anteriormente descritos, apresentamos, *como sugestões*, alguns esquemas que podem ser tomados como referência pelos Cursos na elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

ESQUEMA 1

Sugestão para elaboração do Projeto Acadêmico
do Curso de *Comunicação Social*

I – Introdução (histórico, caracterização contextual do Curso etc.)

II – Justificativa (pertinência do Curso etc.)

III – Proposta ou Projeto Pedagógico

1. Introdução

2. Síntese da estrutura geral do Curso

3. Objetivos

3.1. Gerais

3.2. Específicos de cada habilitação

4. Perfil do egresso por habilitação

5. Competências e habilidades específicas de cada habilitação

6. Tópicos de estudos básicos

7. Estudos básicos de cada habilitação

8. Estrutura curricular

9. Equivalência com o currículo atual

10. Procedimentos de avaliação

a) Do processo ensino-aprendizagem

b) Do Projeto Pedagógico

IV – Corpo docente

V – Estrutura de serviço e infra-estrutura
material, tecnológica e bibliográfica

VI – Procedimentos de avaliação e de
acompanhamento geral do Projeto Acadêmico

VII – Anexos

ESQUEMA 2

Sugestão para elaboração do Projeto Acadêmico
do Curso de *Serviço Social*

I – Introdução (histórico, caracterização contextual do Curso etc.)

II – Justificativa

III – Projeto Político-Pedagógico

1. Introdução
2. Objetivos
3. Perfil do egresso
4. Competências e habilidades
5. Núcleos de fundamentação da formação profissional
6. Organização do Curso:
 - a) Distribuição da carga horária
 - b) Duração
 - c) Atividades complementares
 - d) Estágio supervisionado
 - e) Trabalho de conclusão do Curso
7. Políticas de pesquisa e de extensão
8. Estrutura curricular
9. Sistema de avaliação contínua
 - a) Do processo ensino-aprendizagem
 - b) Do Projeto Político-Pedagógico
10. Corpo docente

IV – Infra-estrutura material e tecnológica

- a) Laboratórios
- b) Acervo bibliográfico etc.

V. Procedimentos de acompanhamento e avaliação do Projeto Acadêmico

ESQUEMA 3

Sugestão para elaboração do Projeto Acadêmico do Curso de Farmácia

I – Introdução (histórico, caracterização contextual do Curso etc.) II – Justificativa (pertinência do Curso, necessidade da formação do profissional farmacêutico, necessidade da reforma curricular etc.)

III – Projeto Pedagógico

1. Introdução
2. Objetivos
3. Perfil do egresso
 - Perfil comum
 - Perfil específico:
 - a) Farmacêutico – opção Medicamentos
 - b) Farmacêutico – opção Análises Clínicas e Toxicológicas
4. Competências e habilidades:
 - a) Farmacêutico – opção Medicamentos
 - b) Farmacêutico – opção Análises Clínicas e Toxicológicas
5. Tópicos de estudo e conteúdos
6. Organização do Curso
 - a) Distribuição da carga horária
 - b) Duração
 - c) Atividades complementares
 - d) Estágio supervisionado
7. Políticas de Pesquisa e Extensão
8. Estrutura Curricular
9. Sistema de avaliação contínua
 - e) Do processo ensino-aprendizagem
 - f) Do projeto pedagógico

IV – Corpo docente

V – Infra-estrutura material e tecnológica

1. Estrutura física
2. Laboratórios
3. Acervo bibliográfico etc.

IV – Procedimentos de acompanhamento e avaliação do Projeto Acadêmico

ESQUEMA 4

Sugestão para elaboração do Projeto Acadêmico do Curso de Geografia

Apresentação (do projeto)

I – Breve histórico do Curso (bacharelado e licenciatura)

II – Justificativa

1. Análise contextual da situação dos profissionais da geografia
2. Importância da continuidade do Curso
3. As oportunidades
 - a) Bacharelado
 - b) Licenciatura
4. Fundamentação
 - a) Grandes diretrizes
 - b) Por que 4 e não 3 anos

III – Projeto Político-Pedagógico

1. Breve introdução
2. Objetivos
 - Gerais
 - Específicos
 - Bacharelado
 - Licenciatura
3. Competências/habilidades
 - Bacharelado
 - Licenciatura
4. Perfil do egresso
 - Bacharelado
 - Licenciatura
5. Grandes áreas de estudo (tópicos)
 - 5.1. Núcleo básico
 - 5.2. Núcleo específico
 - Bacharelado
 - Licenciatura
6. Estrutura curricular por semestre
7. Sistemática de avaliação

7.1. Do desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico

7.2. Da aprendizagem do aluno

IV – Suporte de funcionamento do Curso

1. Recursos físicos, tecnológicos e outros

2. Recursos humanos

a) Currículo do coordenador do Curso

b) Demonstrativo do corpo docente por qualificação, regime de trabalho, situação funcional

c) Demonstrativo do pessoal técnico-administrativo

3. Acervo bibliográfico

a) Biblioteca Central

b) Biblioteca Setorial

c) Sistemática de atendimento

d) Bibliografia disponível (reportar ao anexo lista da bibliografia existente na Biblioteca)

V – Anexos

1. Módulo “grade”

2. Equivalência curricular

3. Relação do acervo bibliográfico específico do Curso

IMPLEMENTAÇÃO: INFORMAÇÕES SUMÁRIAS

A proposta pedagógica de um Curso, conforme anteriormente delineada, deve ser construída coletivamente explicitando a sua programação acadêmica que inclui decisões relativas aos aspectos pedagógicos, metodológicos e administrativos. Sua (re)definição, implantação e implementação representa, pois, uma dinâmica de trabalho conhecida e aceita por todos, de modo a assegurar a participação e o engajamento dos envolvidos – professores, alunos e administradores, a fim de garantir permanentemente a qualidade necessária aos Cursos de Graduação. Aderir à prática coletiva não implica na perda de alternativas pessoais, mas a oportunidade para se engajar em um processo de construção do perfil do profissional desejado.

Nesse sentido, algumas ações podem ser lembradas para a implementação do Projeto Político-Pedagógico que pressupõe um trabalho de conscientização e comprometimento dos atores institucionais envolvidos com o Curso: reuniões do Colegiado do Curso para acompanhamento do Projeto; reuniões semestrais de planejamento das atividades curriculares; participação do Colegiado do Curso nas reuniões plenárias dos Departamentos envolvidos com o Curso, para discussão do Projeto Político-Pedagógico; realização de seminários com professores e alunos para acompanhamento e aperfeiçoamento do Projeto; entre outras alternativas.

REFERÊNCIAS

ForGRAD – Fórum de Pró-Reitores de Graduação. Do pessimismo da razão ao otimismo da vontade: referências para a construção dos projetos pedagógicos nas IES brasileiras. Curitiba, 1999. (Texto elaborado a partir da Oficina de Trabalho de Curitiba, realizada no período de 15 a 17 de setembro de 1999).

FRANCO, Edson. *Utopia e Realidade: a construção do projeto institucional no ensino superior.* Brasília: Universa – UCB, p. 39, 1998.

LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. *Comentários à Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394, de 20.12.96: jurisprudência sobre educação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

SILVA, Ana Célia Bahia. *Reflexões sobre a experiência da construção de projetos pedagógicos nos cursos de graduação: avanços e recuos*. In: *Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior/ Estudos*. Brasília, (24:45-53, junho, 1999).

TACHIZAWA, Takeshy, ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. *Gestão de Instituições de Ensino*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Universidade e desafios contemporâneos / Proposições para uma Política Universitária*. 1999-2003. Natal, junho, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Plano de Desenvolvimento Institucional*. 1999-2008, Natal, dezembro, 1999.